

LAMPIÃO E O CANGAÇO: TRAJETÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS COMO FLAGELO (1920-1938)

Marcos Edilson Araújo Clemente¹ 

Resumo: O artigo propõe refletir sobre trajetória de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. Busca apreender o protagonismo e a cultura política do famoso chefe de cangaço diante das situações contingentes com as quais se defrontou. Ele foi representado como anacronismo, barbárie e flagelo em um debate nacional sobre as condições sociais encontradas na região Nordeste do Brasil, sobretudo a zona dos sertões. A biografia de Lampião se confunde com as formas de consolidação do poder político e econômico republicanos, entre as décadas de 1920 e 1930.

Palavras-chave: Cangaço. Lampião. Cultura política. Sertões.

LAMPIÃO AND THE CANGAÇO: TRAJECTORY OF LIVE, STORIES LIKE SCOURGE (1920 – 1938)

Abstract: The article proposes to reflect on the trajectory of Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. It seeks to apprehend the protagonism and political culture of the famous cangaço chief in the face of the contingent situations he faced. It was represented as anachronism, barbarism and scourge in a national debate about the social conditions found in the Northeast region of Brazil, especially the hinterland. Lampião's biography is confused with the forms of consolidation of republican political and economic power between the 1920s and 1930s.

Keywords: Cangaço. Lamp. Political culture. Hinterland.

LAMPIÃO ET LE CANGAÇO : TRAJECTOIRE DE VIE, HISTOIRES COMME LE FLÉAU (1920 – 1938)

Résumé - L'article propose de réfléchir sur la trajectoire de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. Il cherche à appréhender le protagonisme et la culture politique du célèbre chef cangaço face aux situations contingentes auxquelles il a été confronté. Elle a été représentée comme anachronisme, barbarie et fléau dans un débat national sur les conditions sociales dans la région du Nord-Est du Brésil, en particulier l'arrière-pays. La biographie de Lampião est confondue avec les formes de consolidation du pouvoir politique et économique républicain entre les années 1920 et 1930.

Mots clés: Cangaço. Lampe. Culture politique. Arrière-pays.

LAMPIÃO Y EL CANGAÇO: TRAYECTORIA DE LA VIDA, HISTORIAS COMO EL AZOTE (1920 – 1938)

Resumen: El artículo propone reflexionar sobre la trayectoria de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. Busca comprender el papel principal y la cultura política del famoso jefe de cangaço frente a las situaciones contingentes que enfrentó. Fue representado como anacronismo, barbarie y flagelo en un debate nacional sobre las condiciones sociales que se encuentran en la región noreste de Brasil, especialmente en el interior. La biografía de Lampião se confunde con

¹ Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (1987), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2003) doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e Pós Doutorado pela Universidade de Coimbra (2017). Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Coordena o GT Rügen/Ricoeur. Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins. Professor de Teoria da História do Programa de Mestrado em Ensino de História - ProfHistória - UFT/Araguaína. Coordenador do projeto de pesquisa - História Medieval entre textos e intertextualidades.

las formas de consolidación del poder político y económico republicano entre las décadas de 1920 y 1930.

Palabras-clave: Cangaço. Lampião. Cultura política. Desiertos.

Introdução

Este artigo propõe compreender o protagonismo de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião. Em torno dele e do cangaço, pensados como manifestações de anacronismo e barbárie, estabeleceu-se um debate público acerca das condições sociais encontradas na região Nordeste do Brasil, sobretudo a zona dos sertões. Analisar a trajetória de Lampião, portanto, implica discutir as formas de consolidação do poder político e econômico republicanos, entre as décadas de 1920 e 1930.

No período, o sertão contava com alguns programas de combate às secas. Havia estradas de rodagens e ferrovias; o contato entre as cidades sertanejas e destas com o litoral era mais facilmente alcançado; o comércio estava em expansão e unia as regiões nos dias da semana em que se realizavam as feiras; importantes polos econômicos e culturais. Se a comunicação entre o sertão e o litoral mostrava dificuldades, não chegava ao isolamento. Isto nos leva a tentar ampliar o campo de explicações para o cangaço e, assim, relativizar o determinismo geográfico e suas variantes, quer seja a seca e suas consequências, quer seja o isolamento da região.

Nesse contexto, Lampião aprendeu a manejar o cangaço. Manteve algumas tradições e, ao mesmo tempo, consolidou novas práticas no cotidiano do bando. De cangaceiro manso, quando atuava apenas ocasionalmente em função de demandas familiares, tornou-se um profissional do crime; de vingador da honra, revelou-se um hábil negociante, transitando com desenvoltura entre coronéis e entre outros bandidos com os quais firmou alianças.

Construiu sua própria imagem pública, conforme desejava ser visto. Soube lidar com as novidades fotográficas que apareciam no sertão, com os jornalistas, com a indumentária marcante para a imagem do cangaço no Brasil e no exterior. Por outro lado, elaborou sua versão de vingador enquanto que na prática social disseminava imagens de terror e de flagelo.

Lampião foi imaginado como representação desse flagelo, a personificação do mal. Seu nome passou a representar o próprio cangaço, como se tivesse existido apenas o de sua época e como se o cangaço de seu tempo não comportasse nenhum sinal de mudança. Suas vilanias foram demonstradas quase diariamente nos jornais, não somente

nos periódicos nordestinos do litoral e dos sertões, como, também, em outras capitais do país.

Seca e cangaço: flagelos do sertão

Flagelo. O que encobre esse termo meio adormecido em qualquer dicionário? Flagelo pode significar chicote, azorrague, açoite, castigo, tortura, calamidade pública, tormento e sofrimento, tragédia. Entre os anos 1920 e 1930, esse era um dos vocábulos bastante usado por intelectuais, cientistas e jornalistas quando se referiam ao problema das longas estiagens, das secas no semiárido nordestino, fenômeno climático cujo efeito causava a morte de muitos sertanejos e do criatório.

Desde então, o termo “flagelado da seca” passou a ser usado para se referir àqueles sertanejos. Flagelo, nesse caso, significava também, conforme se acreditava na época, um fenômeno natural diante do qual o homem pouco ou nada podia fazer, uma fatalidade. Juntando-se explicações extremas para as origens do problema, tínhamos, por um lado, o sertanejo sofrendo a fome, as doenças daí decorrentes e a morte, lenta ou imediata, acreditando que a solução viria dos céus; por outro lado, as autoridades eclesiásticas atribuíam o problema à falta de fé e ao castigo divino dos que viviam de blasfêmias; entre governantes, intelectuais e profissionais da imprensa criou-se um discurso segundo o qual os efeitos da seca resultariam de uma fatalidade geográfica.

Roger Bastide, sociólogo francês, afirmou que entre os séculos XVIII e XIX, muitas secas ficaram famosas. No século XX, o problema persistia, aprofundando-se, entre outros fatores, pelo descaso dos governantes e pelo aumento populacional (BASTIDE, 1959, p. 85). A expressão “flagelo das secas” passou a compor uma das imagens construídas em torno da região Nordeste, vista até então como uma “região problema” por apresentar profundo contraste diante da região Sul. O jornalista Amadeu Amaral Júnior afirmava, indignado: “há, para desespero nosso, uma pequena mancha [...] Essa desgraçada mancha, é o Nordeste! Se não fosse ele o Brasil seria um país sem desertos. Mas, o Nordeste não o deixa e faz questão de estragar com a nossa boa fama (AMARAL JÚNIOR, 8 de maio de 1925).

Esta não era uma posição isolada. Refletia um quadro federativo em que, por força de processos econômicos díspares, verificados entre os séculos XIX e XX, a região Nordeste se empobrecia, enquanto que a região sul concentrava o aporte de capitais. De modo que o Nordeste gradativamente transformou-se numa espécie de colônia da região sul (LEVINE, 1980, p. 16).

Observamos que, no período citado, o termo flagelo foi um dos vocábulos usados para designar uma região, o seu povo, a sua cultura, a sua história e, por consequência, o seu passado e o seu futuro. Haveria flagelo maior que não as secas? O cangaço foi assim representado. A partir daí difundiu-se um ponto de vista segundo o qual a ação dos bandidos seria consequência dos períodos secos, ocasiões em que se aproveitavam para pilhar as propriedades. Conforme registro do jornal *O Cearense*, “em Icó alguns salteadores querem aproveitar o pretexto para dar largas à rapinagem e já dizem em público que hão de brevemente saquear as casas que têm dinheiro” (*O Cearense*, 5 janeiro de 1926).

Contudo, tratava-se de reações desesperadas de quem não via possibilidade de sobreviver numa situação socialmente caótica. Para a lei, para os agentes da ordem, dificilmente haveria essa distinção, de modo que todos passariam por bandidos. No jornal paraibano *O Combate*, foram publicados protestos contra os bandos que se armavam para saquear as propriedades, assaltar e matar. Este jornal publicou o discurso do deputado potiguar Dioclécio Duarte, para quem o banditismo constituía risco maior que as secas: “o bandoleirismo tem fundamentos profundos [...] Os cirurgiões da administração antes de proceder ao extirpamento do tumor [...] carecem de estudar a origem, a duração e sintomatologia da enfermidade (*O Combate*, 30 de julho de 1927).

O deputado nordestino compreendia a sua região de origem como um organismo doente e assim recusava abordar a questão social. Para o caso dos bandidos, segundo o deputado, seria necessário um trabalho de assepsia, nos moldes das teorias higienistas. No jornal *O Ceará Ilustrado*, semanário que circulava em Fortaleza, consta um dos artigos publicados sobre o cangaço com um longo título: “A selvageria de Lampião, Átila da nova espécie que, por onde passa vai cavando ruínas e semeando destroços numa fúria de vândalo”. Lampião seria bárbaro, violento e destrutivo: “terrível chefe de cangaço, formidável duende que já ameaçou a alma atribulada de um povo. Muitos bandoleiros têm trazido constante sobressalto as populações. Nenhum, entretanto, conseguiu infundir no espírito popular tamanho pavor (*Ceará Ilustrado*, 29 de novembro de 1925).

O jornal denunciava o pavor praticado por Lampião. Medo que se configura, afinal, enquanto prática de poder, de controle, uma violência desmedida e naturalizada a ponto de ser praticada inclusive entre forças da ordem, as conhecidas volantes. No limite, configura-se uma prática violenta de dominação. Aspecto este denunciado pelo escritor alagoano Graciliano Ramos que não via em Lampião nenhum traço heroico:

“Lampião se conservará ruim e não morrerá tão cedo [...] O sertão continua pobre, as secas fazem estragos imensos [...] Resta-nos Lampião, que viverá longos anos e provavelmente vai ficar pior” (RAMOS, 1961, p. 139-140).

Havia, portanto, uma situação de intranquilidade entre os sertanejos. Lampião conseguia impor sua própria agenda, indiferente a tudo o mais que acontecia, especialmente as agitações políticas. Nessa busca de compreensão do cangaço e da própria personalidade de Lampião, um dos parâmetros foi a comparação com Antônio Silvino, cangaceiro que o antecedeu e que também se tornou famoso no Brasil. Em 1914, ano da prisão de Silvino, o jovem Virgulino Ferreira tinha 17 anos de idade. A fama de Silvino, de algum modo, influenciou Lampião que, anos mais tarde, o chamaria de “covarde” pelo fato de ter aceitado a rendição: “Penso que Antônio Silvino foi um covarde porque se entregou às forças do Governo em consequência de um pequeno ferimento. Já recebi ferimentos gravíssimos e nem por isso me entreguei à prisão” (O Ceará, 18 de março de 1926).

Espécie de herói “ambíguo”, conforme Eric Hobsbawm, Lampião foi temido pelas crueldades, mas, ao mesmo tempo admirado pela independência frente aos potentados locais, sobretudo frente aos governos (HOBSBAWM, 1975, p. 57). Silvino, ao contrário, ganhou fama por importar-se com a justiça social. Sobre sua memória fixou-se uma representação de honra.

Antônio Silvino: o cangaceiro honrado

Manuel Batista de Moraes nasceu em 1875. Na dúvida que encobre suas origens, o folclorista Luís da Câmara Cascudo, em *Flor dos Romances Trágicos*, afirma que ele nasceu em Afogados da Ingazeira, sertão de Pernambuco. E acrescenta: “disse-me, porém, ter nascido na Paraíba e batizado em Pernambuco” (CASCUDO, 1982, p. 29). Artigos de jornais informam que Silvino nasceu na Paraíba, em Princesa. Conforme a brasilianista Linda Lewin, esta última informação está em uma das fichas de prisão de Silvino, localizada no Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano, Recife. Estas divergências sobre dados genealógicos e biográficos de Antônio Silvino são frequentes (LEWIN, 1979, p. 137).

Filho do temido cangaceiro Pedro Rufino Batista de Almeida, assassinado em 1896, Silvino disseminou nos sertões e zonas do agreste uma imagem pública de bandido nobre, cavalheiro e justiceiro. À frente de pequenos bandos, atuou em regiões do sertão e da zona da mata dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande

do Norte, tornando-se poderoso a ponto de o chamarem “governador dos sertões”. Em 1914, ferido e preso em um combate com a polícia pernambucana, fecha um ciclo de dezoito anos de cangaço. Na penitenciária do Recife, cumpriu sentença até 1937, quando foi indultado por Getúlio Vargas. Morreu em Campina Grande, Paraíba, aos sessenta e nove anos de idade.

Na prisão, Silvino manteve bom comportamento e concedeu entrevistas que contribuíram para a sua imagem pública de bandido nobre. Dizia, com orgulho, que do governo só recebia a comida: “eduquei meus filhos à minha própria conta e isso me dá o melhor conforto que posso ter”. Tornou-se protestante e não escondia arrependimento pelos crimes praticados, gesto interpretado como “falta de vocação para a carreira” (AMARAL JÚNIOR, 20 de março de 1937).

Vaidoso, gostava de perfumes e óleos cheirosos e, conforme noticiava o jornal pernambucano *A Província*, ele trazia também um toque de elegância, pois “não dispensa um bouquet de flores na lapella da sua blusa” (*A Província*: 28 de janeiro de 1906). Sobre o interesse de Silvino e de Lampião pela fotografia, o jornalista Melchíades da Rocha compara:

Lampião foi um apaixonado pela fotografia. Em todas as ocasiões que se lhe ofereciam deixava-se ele retratar com o máximo de satisfação, tanto a sós, como com sua companheira e com os membros do seu estado-maior [...] Antônio Silvino, entretanto, não gostava de máquina fotográfica, talvez por não haver compreendido o alcance dessa arma prodigiosa (ROCHA, 1988, p. 149).

De fato, Lampião soube usar os recursos da fotografia na construção de sua imagem pública. O seu tempo lhe favorecia. Porém, diante de suas crueldades, Silvino foi transformado num exemplo de cangaceiro honrado, aceitável, até pelo modo com que supostamente distribuía justiça em faixas do sertão. Um articulista do periódico *Ceará Ilustrado*, afirmou que ele, mesmo cometendo violências, “não há lembrança de uma única vez ter atentado contra a honra de um lar” (*Ceará Ilustrado*, 1925). Silvino ficou conhecido não apenas por respeitar os lares, mas, ainda, porque punia crimes dessa natureza. Por exemplo, para o matutino carioca *A Noite*, “o bandoleiro foi também algumas vezes Juiz de Paz, resolvendo questões de honra” (*A Noite*, 1936).

Estas histórias tinham grande recepção na zona sertaneja por se tratar de assunto bastante delicado para as famílias do lugar, mas certamente porque significavam acenos de justiça. Como salientou Roger Bastide, infeliz do homem que seduz uma jovem ou comete adultério, “o sentimento de amor filial é forte, o culpado é perseguido, é

assassinado pelo irmão da jovem ultrajada, pelo marido da mulher culpada, pois somente o sangue pode lavar tal crime”² (BASTIDE, 1959, p. 80).

Por outro lado, o depoimento de Silvino tem o tempo a seu favor, parte de alguém consciente da necessidade de reafirmar e fixar certos aspectos da memória individual, seletiva como sempre, repercutidas em jornais diversos. Silvino seria o “perfeito cavalheiro”, bandido que se tornou célebre pela audácia com que costumava agir diante dos poderosos e pela generosidade com os pobres: “era naqueles catingões o pai da pobreza [...] distribuía esmolos com a mesma prodigalidade com que arrancava o cobre dos ricos” (Jornal da Bahia, 11 agosto de 1931).

Em posição privilegiada diante do passado, Silvino não descuidou de reforçar esta narrativa. Da prisão, trama suas recordações em discurso que se quer verdadeiro, representação de um referente passado e encontro com a história. Contudo, o tempo da memória difere do tempo da história. Segundo Antoine Prost:

O tempo da memória, o da lembrança, nunca pode ser inteiramente objetivado, colocado à distância, e esse aspecto fornece-lhe sua força: ele revive com uma inevitável carga afetiva. É inexoravelmente flexionado, modificado, remanejado em função de experiências ulteriores que o investiram de novas significações (PROST, 2020, p. 106).

De modo que as memórias são afetivas, sempre passíveis à diversidade de leituras, não se trata de relação excludente entre história e memória, mas apenas quer dizer que uma e outra dependem de registros diferentes. E neste jogo, entre história e memória, Silvino passa a ser representado como um “perfeito cavalheiro”, celebrado pela audácia diante dos poderosos e pela generosidade com os pobres: “era naqueles catingões o pai da pobreza [...] distribuía esmolos com a mesma prodigalidade com que arrancava o cobre dos ricos” (Jornal da Bahia, 11 agosto de 1931).

Conclui o jornalista que há uma lei entre a maioria dos cangaceiros que torna sagrada a honra da mulher. Inobstante, tanto Silvino quanto Lampião foram duas personagens violentas. As mudanças políticas, econômicas, religiosas e culturais verificadas no tempo de Lampião, resultaram em impactos de difícil assimilação até mesmo para o cangaço. Nada garante que cangaceiros praticassem essa lei de proteção às mulheres, quer seja na sociedade, ou mesmo no cotidiano dos bandos. Como anota Adriana Negreiros, “os repórteres estimulavam o espírito inventivo das suas fontes,

² Caso de Ângelo Roque da Costa, o famoso Labareda. Vingou o ultraje de uma irmã, Sabina Costa, de 15 anos de idade, matando o soldado Horácio Caboclo. Antes havia solicitado providências à autoridade local, sem êxito. Processado e perseguido pelas forças legais e pela família do soldado morto, buscou proteção no cangaço.

notadamente ex-cangaceiros [...] e perpetuou-se a falsa ideia de que, no cangaço, homens e mulheres tinham direitos iguais” (NEGREIROS, 2018, p. 13).

Silvino foi exaltado como cangaceiro “romântico”, destacado pela origem, pertencente à família de posse, mas também pela aparência, aspectos cruciais na forma como se percebe a imagem pública do cangaceiro³. Afinal, até 1937 passaram-se 23 anos de prisão, período em que repórteres o procuravam com frequência para opinar sobre os fatos ligados ao cangaço e sobre a vida de Lampião. Para Silvino, tudo se resumia à desmoralização da justiça que não conseguia punir os “potentados”. Ressaltemos, porém, que, após a notícia da morte de Lampião, em julho de 1938, criou-se toda uma discussão pública em torno das causas do cangaço e a fala de Silvino é coerente com estes inúmeros depoimentos verificados no período.

Ao ser entrevistado pelo Correio da Manhã, em 1938, Silvino disse ter sido vítima de quatro “Lampeões” que dominaram em Pernambuco: “Lampeão Gonçalves Ferreira, Lampeão Sigismundo Gonçalves, Lampeão Herculano Bandeira e Lampeão Estácio Coimbra”. Referia-se aos governadores de Pernambuco, que teriam movido dura perseguição a ele e à sua família. Silvino denunciava o problema da violência praticada no universo da política e no âmbito do Estado. De fato, segundo Villela, as autoridades estaduais traçaram um quadro geral, ao longo de decênios, de um sertão bárbaro ou selvagem, longínquo e isolado, “cujas populações indomáveis eram responsáveis por atrocidades, ilegalidades, arbitrariedades; cujos costumes e os valores elaboravam uma gesta capaz de erigir em heróis os criminosos; presente num tempo passado, votado ao esquecimento e ao abandono” (VILLELA, 2004, p. 267).

De modo que a violência do cangaço em pouco diferia das formas “legítimas” de coerção associadas à vida rural no Brasil. O problema de Silvino, de Lampião e de outros cangaceiros não estava no fato de terem valores diversos dos valores dos seus inimigos. Mas no fato de que estes podiam usar a maquinaria da justiça contra eles, obrigando-os a uma vida fora da lei. Conforme observou Robert Levine, o declínio do coronelismo, depois de 1930, acelerou a monopolização da violência nas mãos do aparelho estatal: “os próprios bandos de cangaceiros serviram como polos de poder armado nas vastidões ralmente povoadas que vão do Ceará à Bahia” (LEVINE, 1980, p. 151).

³ Graciliano Ramos entende que uma diferença crucial está no fato de que os bandos anteriores a Lampião se compunham de reduzido número, quando muito uma dezena de membros. Outro aspecto diz respeito à origem social dos cangaceiros. O bando de Lampião absorveu a maior parte dos cangaceiros entre integrantes de classes baixas, “são criaturas vindas de baixo, rebotalho social”. (RAMOS, 1961, p. 148).

De Virgulino a Lampião: aspectos biográficos

Quando ocorreu a prisão de Antônio Silvino, não se conhecia Lampião. Era conhecida a família Ferreira, de Vila Bela, Pernambuco. Suas escaramuças iniciais concentraram-se em um fazendeiro vizinho, por questões de supostos roubos de criatório. Ademais, no tabuleiro político de Vila Bela, com acirradas disputas entre famílias tradicionais, ampliando-se com o complexo envolvimento de outras famílias na esfera regional, Lampião não tardaria.

O governo do Estado, em 1919, entendeu que das lutas entre Pereiras e Carvalhos resultava uma situação de instabilidade social com risco de descontrole. Para o chefe de polícia de Pernambuco, as causas determinantes da insegurança pública no interior “são as velhas inimizades entre duas famílias abastadas, dos Pereiras e dos Carvalhos, originando-se lutas, mortes e depredações que, de quando em vez, surgem no seio daquelas famílias”⁴. Virgulino transformou-se em Lampião nesse contexto. Lutas violentas de vingança familiar, no imediato, e pano de fundo das lutas pelo poder político.

Virgulino Ferreira da Silva nasceu a sete de julho de 1897⁵ no sítio Passagem das Pedras, em Serra Talhada, sertão de Pernambuco. Na época, a comarca chamava-se Vila Bela. O lugar, localizado na parte baixa da Serra Vermelha, pertencia ao pai de Virgulino, José Ferreira dos Santos, chefe de família de pequenos proprietários situada “entre a elite que dominava a sociedade e a grande maioria dos trabalhadores sem terra” (CHANDLER, 1980, p. 34).

José Ferreira seria descendente do clã dos Feitosas⁶, que teria chegado a Pernambuco vindo do Ceará, do sertão dos Inhamuns. O avô paterno de Virgulino, Antônio Alves Feitosa, instalou-se nas imediações do rio Pajeú, em Pernambuco, onde constituiu família. Do lado materno, Virgulino seria descendente de uma família de cearenses. Paulo Lopes teria fugido do sertão de Jardins, fixando moradia no município

⁴ Relatório do chefe de polícia de Pernambuco. Recife, 1 de dezembro de 1919. APEJE - PE. Arquivos Permanentes. Fundo Secretaria Geral da Justiça.

⁵ Dados da certidão de nascimento expedida por Iraci Alves dos Santos, oficial de Registro Civil do 6º Distrito, Tauapiranga, Serra Talhada, antiga Vila Bela. De acordo com a certidão de batismo expedida pela Paróquia de Bom Jesus dos Aflitos, Diocese de Floresta, Pernambuco, Virgulino Ferreira teria nascido em 4 de junho de 1898, sendo batizado nesse mesmo ano e lugar em 3 de setembro.

⁶ Clã quer dizer família extensa composta por membros consanguíneos e não-consanguíneos. A ampliação de seus integrantes dava-se pelo casamento e pela incorporação de novos dependentes socioeconômicos. O controle do poder político era uma das principais ambições dos clãs que, para isto, entravam em lutas intermináveis.

de Vila Bela, Pernambuco. A mãe de Virgulino, Maria Vieira da Soledade, pertenceu à família de Paulo Lopes.⁷

Virgulino foi o terceiro de uma família de nove filhos. Teve uma infância normal para os padrões de sua época. Passou boa parte de sua vida de menino aos cuidados dos avós maternos, Manoel Pedro Lopes e Jacoza Vieira da Soledade, embora nunca tenha se separado dos pais. A família de Virgulino era conhecida como “inteligente, honesta e trabalhadora”. Os pais não eram alfabetizados, uma situação comum naquele sertão do início do século XX. Os Ferreiras ocupavam seu tempo com a educação, com o trabalho e com o lazer. A educação tinha um sentido prático de aprendizado das atividades cotidianas, do trato com os animais, da compra de mantimentos e da venda de parte da produção obtida no trabalho com a terra e com o criatório dos animais.

Alguns autores afirmam que Virgulino, a rigor, nunca frequentou uma escola, “embora tivesse aprendido a ler, escrever e contar, rudimentarmente, com um professor particular” (CHANDLER, 1980, p. 34). Aos dez anos passou a frequentar as aulas do professor Domingos Soriano de Souza. Segundo o oficial João Gomes de Lira, dos filhos do agricultor José Ferreira, “era Virgulino o mais desenvolvido, apresentando visível sinal de inteligência que, apesar do pouco período de assistência escolar, ainda assim, aprendeu a ler e a escrever uma carta” (LIRA, 1997, p. 19). Estes conhecimentos - ler, escrever e contar -, constituíam códigos de diferenciação social, inacessíveis a grandes contingentes da população. Conhecimentos utilizados por Lampião no ofício do cangaço, seja na leitura dos jornais, seja na elaboração dos famosos bilhetes que escrevia, seja ainda enquanto código de distinção e hierarquia no interior do bando, mas também diante de coronéis aliados.

Ademais, Virgulino revelou-se hábil vaqueiro e aprendeu a confeccionar artefatos de couro. Billy Jaynes Chandler afirma que embora todos os artigos de couro fossem para fins utilitários, eram também obras de arte, nas quais o seu criador tinha orgulho, não só por sua habilidade em manufaturá-las, como por ter feito um belo produto: “aqueles que se lembram de Virgulino como adolescente, são unânimes em atestar sua habilidade nesse ramo” (CHANDLER, 1980, p. 35). Assim, tornou-se o

⁷ Sobre a mãe de Virgulino as informações são mais escassas, talvez porque ainda seja costume na região sertaneja do rio Pajeú identificar e conferir visibilidade às famílias através do patronímico. Assim, a família da mãe de Virgulino é identificada pelo nome do patriarca Paulo Lopes e a família de Virgulino através do nome do seu pai, José Ferreira. Nestes casos, identificam-se os troncos familiares resumindo-se com expressões “Os Lopes” e “Os Ferreiras”.

cavaleiro mais afamado da região, aprendeu a tocar sanfona, era bom dançarino, apreciava as vaquejadas. Tantos elogios não seria uma invenção para favorecer a imagem pública do bandido famoso? Chandler, a esse respeito, afirma: “se há algum engano, é talvez ser cautelosa demais, visto que seus amigos e inimigos são unânimes em afirmar que foi um rapaz extraordinário” (CHANDLER, 1980, p. 36).

No comando dos bandos, Lampião ressignificou os usos destas habilidades, configurando uma estética do cangaço. Germana Araújo, em *Aparência cangaceira*, explora a hipótese segundo a qual Lampião fez largo uso de sua imagem no âmbito dos bandos, mas, sobretudo, para a sociedade, exercitando a “aparência” enquanto campo simbólico prático no exercício de poder:

Aparência é um termo usado nesta pesquisa não somente para referir-se aos atributos que constituíam a veste, mas, inclusive, pelo engendramento da singularidade da veste com os demais equipamentos expressivos do cangaceiro, tais como o comportamento, o aparato gestual tipificado e os modos de interagir com os demais fora e dentro dos bandos (ARAÚJO, 2013, p. 29).

Singularidades e expressividades como mecanismos de aparição no jogo de poder, constituição de visibilidades, a despeito da necessidade dos esconderijos, os famosos coitos. Entende a autora que “o cangaceiro autêntico não poderia pretender que sua imagem fosse apta para ele esconder-se ou camuflar-se [...] a imagem de Lampião parece ter sido invisível aos olhares dos escritores cangaceiristas até meados do século XX” (ARAÚJO, 2013, p. 155).

De fato, ainda em vida, pouco de positivo se disse sobre ele. Recorrentes foram suas caracterizações como um criminoso nato, possuído de uma maldade congênita. Na revista *O Cruzeiro* vê-se esta representação sobre a infância, a mocidade e a fase adulta de Virgulino-Lampião:

Eram maus os seus instintos [...] De quando em quando aparecia na cidade um porco com os olhos furados, um jumento com as orelhas cortadas, uma criança maltratada. O autor era sempre o mesmo: o pequeno Virgolino [...] nascera assim para o cangaço o hoje terrível Lampião. Era-lhe inato o espírito de rapina. A sua infância desenvolveu-a ele entre um furto e uma perversidade, entre um crime e outro crime. Adolescente, homem feito, só apurou os instintos. Tornou-se ainda mais perverso, mais atroz e concomitantemente mais covarde. Era um mal atávico. Filho de criminoso, formando-se num meio onde a vida do próximo nenhum valor tem (O Cruzeiro, 5 de março de 1932).

Virgulino nascera mau, e o tempo apenas lhe deu oportunidade para refinar suas perversidades. Filho de criminoso, teria herdado as características criminosas do pai. Contudo, nada mais equívoco. Virgulino entrou para o cangaço em 1916, aos 19 anos de

idade. Não era, no entanto, um bandido profissional. Podia ser caracterizado como cangaceiro pelas armas que passou a conduzir e pelas questões de família em que estava envolvido, mas era um cangaceiro “manso”, entrando nas lutas em função de demandas familiares. A causa imediata do seu ingresso no cangaço teria sido a desavença com um fazendeiro vizinho da família Ferreira, José Alves de Barros, conhecido como José Saturnino.

Saturnino pertencia à família Nogueira, tradicional aliada de outra poderosa família, a dos Carvalhos; enquanto que a família Ferreira era aliada aos Pereiras. Como disse Sebastião Pereira sobre o ingresso de Lampião em seu bando:

Os inimigos de Lampião eram meus inimigos – os Saturninos e José Lucena. Este até eu não conheci, não. Mas sei que era um cabra muito perverso. Lampião era de uma família humilde, mas não era arrebitado não. José Ferreira, o pai, eu conheci muito. Conheci até o pai do pai dele, Pedro Ferreira. Nossas famílias até eram ligadas: a mãe dele era afilhada de meu pai. O pai dele era afilhado de batismo de tio Padre (Manoel Pereira Jacobina). Conheci Lampião desde menino. Ele e seus irmãos eram independentes e muito trabalhadores (MACEDO, 1975, p. 38).

Esse era o critério que definia aliados e inimigos. Inimigo dos amigos passaria a ser também um inimigo, embora, de maneira nenhuma, em definitivo. O quadro de rivalidades transformou-se em violência quando se acirraram as acusações mútuas de invasão de propriedade e roubos de animais. Em 1921, as agressões resultaram na mudança da família Ferreira para um lugarejo próximo de Nazaré, na Comarca de Floresta, Pernambuco; em seguida para a comarca de Água Branca e, finalmente, Mata Grande, estas duas últimas comarcas localizadas no estado de Alagoas.

Nesse ano, dia 18 de maio, na cidade de Mata Grande, morreu José Ferreira, pai de Virgulino, após uma averiguação policial comandada pelo sargento José Lucena, da polícia de Alagoas. As autoridades afirmaram que, na casa onde morreu José Ferreira, foram encontrados objetos roubados dias antes no assalto à cidade de Pariconha, realizado pelos irmãos Ferreira, associados ao grupo do cangaceiro Antônio Porcino, famoso chefe de cangaço do sertão das Alagoas (Diário de Notícias, 17 de março de 1931). O fato é que os irmãos Ferreira assumiram o campo da luta ao lado de Sebastião (Sinhô) Pereira. A luta entre Pereiras e Carvalhos teve início na primeira metade do século XIX. Os assassinatos de parte a parte descambaram para a destruição de propriedades, matança do criatório, práticas de violências e, no extremo, do terror.

Nesse processo, Lampião aprendeu a arte do combate. Entendeu que a sobrevivência no cangaço dependia de uma eficiente rede de protetores e amigos influentes. Ao lado

disso, aprendeu que era possível subornar e neutralizar agentes da polícia. Em 1922, herdou o cangaço de Sinhô Pereira, expandiu o território de mando e adotou novas formas organizativas⁸.

Lampião: luzes de um fuzil

Entre 1923 e 1926, Lampião estabeleceu frequentes acordos com coronéis e chefes políticos da região. Em 1923, esteve sob a proteção do coronel Marçal Diniz, chefe político do município de Patos e genro do coronel José Pereira Lima, chefe político da cidade de Princesa, Paraíba. Pelo menos até setembro de 1924, quando atacou e saqueou a cidade de Souza, na Paraíba, zona de influência política daquele coronel.

A partir de então, contrariado com os cangaceiros, José Pereira rompeu a aliança, liberando forças policiais volantes da Paraíba na perseguição ao bando que já atuava nos sertões de Pernambuco, Alagoas e Ceará⁹. Retornaria a este último em 4 de março de 1926, Juazeiro do Norte, chefiando 49 cangaceiros, na companhia de um oficial dos “Batalhões Patrióticos”, atendendo a chamado do Padre Cícero Romão Batista.

O Estado do Ceará havia sido invadido pelos “revoltosos” da Coluna Prestes. Os jovens tenentes do exército se insurgiram contra o governo do presidente Arthur Bernardes. A luta de guerrilha foi a tática adotada por Luís Carlos Prestes para tentar desestabilizar o governo e angariar o apoio da população civil. Propunham os revoltosos, entre outras bandeiras, o fortalecimento do governo central, uma legislação eleitoral uniforme e a instituição do voto secreto em substituição ao “voto de cabresto”. Segundo Pang (1979, p. 186-187), “cerca de 1500 homens e mulheres, civis e militares formavam essa coluna ambulante que percorreu 25.000 quilômetros pelo interior do Rio Grande do Sul ao Maranhão, de Pernambuco a Mato Grosso e da Bahia à Bolívia”.

Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano que havia se tornado inseparável colaborador do padre Cícero, estava no comando das forças legalistas, em apoio ao presidente Arthur Bernardes. Segundo Macedo (1970, p. 63) “dizia-se que a Coluna

⁸ Sebastião Pereira ingressou no cangaço em 1916 com o objetivo de vingar a morte do seu irmão Manoel Pereira da Silva Filho. Em 1922 transferiu o comando do bando para Virgulino Ferreira, já conhecido como Lampião.

⁹ Em 1966, o padre Azarias Sobreira informou que Lampião costumava respeitar seu território e evitava violências devido à veneração que tinha pelo Padre Cícero Romão Batista. Por outro lado, manifestava gratidão ao Padre Cícero por ter acolhido e protegido parte de sua família, que havia fixado residência em Juazeiro (Jornal *O Povo*, 18 de fevereiro de 1966).

atacaria o Juazeiro, a fim de tomar os estoques de armas ali guardados desde a sedição contra Franco Rabelo”. A Coluna Prestes entrou em território cearense a 22 de janeiro de 1926, o que levou Floro Bartolomeu a assumir a mobilização das tropas com a missão de defender as fronteiras e logo depois a “chamar Lampião, com o apoio do Padre” (MACEDO, 1970, p. 68).

Quando Lampião chegou a Juazeiro, Floro Bartolomeu já estava afastado do comando das forças “legalistas”, acometido de grave doença. Coube ao Padre Cícero conceder a controversa patente de “capitão dos Batalhões Patrióticos” a Lampião. Padre Cícero teria convocado o agrônomo Pedro Uchoa, Inspetor Agrícola do Ministério da Agricultura, para lavrar documento de nomeação em nome do Governo da República. Lampião não parecia interessado em aferir autenticidade do documento expedido sob a chancela do Padre Cícero, sendo o grande beneficiado daquele ato (Correio do Ceará, 17 de março de 1926).

Não apenas pelo armamento moderno com que equipou o seu bando, ou pela patente de capitão que exibiu até o fim de sua vida, mas, sobretudo pelo benefício de sua imagem pública. Entrevistado pelo jornalista e médico Otacílio Macedo, correspondente do Jornal O Ceará, ele prometeu o seu empenho em prestar serviço ao governo da Nação: “tenho o intuito de incorporar-me às forças patrióticas do Juazeiro e com elas oferecer combate aos rebeldes”. Otacílio Macedo descreveu Lampião:

Era magro, bem proporcionado, de estatura mediana, pele escura e cabelos fartos e pretos. Sua vestimenta, do tipo comum, incluía um chapéu de feltro simples (sem os enfeites na aba virada para cima como os cangaceiros geralmente usavam) e um par de alpargatas de couro, do tipo usado pelos vaqueiros da região. Ao redor do pescoço, usava um lenço verde, preso por um anel de brilhante. Mais seis anéis de pedras preciosas – um rubi, um topázio, uma esmeralda e três brilhantes – enfeitavam seus dedos, símbolos irônicos das chamadas profissões liberais no Brasil. Estava armado com um rifle, uma pistola e um punhal de quase quarenta centímetros de comprimento (...) Compenetrado de suas responsabilidades e da fama de seu nome não abandonou um momento o seu mosquetão lendário. Sentado em um tamborete, apegado à arma homicida, chapéu na cabeça, cobrindo os cabelos longos, pretos e lisos, óculos e anéis doutorais (...) Lampião, nesta atitude, dá assim a impressão de um Buda chinês (O Ceará, 17 e 18 de março de 1926).

A descrição do jornalista expõe o personagem Lampião iconográfico e iconológico, pleno de visibilidades, sentidos e simbolismos; ciente do seu posto. A ostentação de joias, por outro lado, indicava não apenas o status das profissões liberais, mas, sobretudo, o exercício do poder, o reforço na construção de sua imagem pública. Fortalecido politicamente com os resultados deste evento, Lampião aumentou sua

popularidade e poder, além de receber a famosa patente de capitão das forças legalistas (LUNA, 1972, p. 71). Entretanto, ao deixar Juazeiro, valorizou a patente e esqueceu a Coluna Prestes.

A 13 de julho de 1927, comandando 60 cangaceiros, tentou saquear Mossoró, uma das cidades mais importantes do interior do Rio Grande do Norte, a menos de 300 quilômetros da capital, Natal. O malgrado assalto resultou na morte de dois cangaceiros e muitas deserções no bando. Com a Coluna Prestes dispersa na Bolívia, as forças volantes estaduais voltaram a coordenar suas ações contra o banditismo. Em Pernambuco, especialmente, com a posse do governador Estácio Coimbra e do chefe de polícia, Eurico de Souza Leão, foram adotadas políticas articuladas de combate ao cangaço. Repressão que resultou na fuga dos bandos. A região Nordeste da Bahia, área banhada pelo rio São Francisco, passou a ser o novo território de atuação cangaço.

Na Bahia: reinvenção do cangaço

21 de agosto 1928. Lampião entrou em território baiano, chefiando reduzido bando¹⁰. Expulsos de Mossoró, apossados pelas polícias do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, os cangaceiros sobreviveram a duras penas. Ao cruzar o rio São Francisco em direção ao estado da Bahia, os bandidos não pareciam perigosos, tal o estado em que se encontravam: “sujos, magros, exaustos, grandes olheiras, parecendo mais mortos do que vivos” (FONTES, 1996, p. 27). Sob a proteção do Coronel Petronilo de Alcântara Reis, Coronel Petro, de Santo Antônio da Glória, Lampião afirmou ter trazido de Pernambuco três coisas: “fome, nudez e muito dinheiro” (FONTES, 1996, p. 123).

Lampião conhecia o Raso da Catarina desde quando trabalhou como almocreve, em 1916, em companhia do seu pai. Compravam couros e revendiam ao coronel Delmiro Gouveia, na cidade de Pedra, Alagoas¹¹. Antes de sua chegada, a região do Raso da Catarina não registrava presença ativa de cangaceiros, ao contrário do que ocorria nas margens opostas do rio, em Pernambuco e em Alagoas. Em dezembro, Lampião reapareceu. Esteve abrigado nas fazendas do coronel Petro. Diante da quietude, a polícia avaliava que ele estivesse em Goiás ou em Mato Grosso.

¹⁰ Seu irmão Ezequiel Ferreira, Ponto Fino; o cunhado Virgínio Fortunato da Silva, o Moderno; Luís Pedro Cordeiro; Mariano Laurindo Granja e Antônio Juvenal da Silva, o Mergulhão.

¹¹ Atual Delmiro Gouveia, Alagoas.

Porém, incursionava pelas cidades e povoados baianos, dava sinais que buscava regenerar-se. Estivera empenhado em conquistar a confiança dos sertanejos, enquanto sondava os recursos da região. Fez amizades com outros proprietários, gente influente e poderosa, conheceu novos povoados, organizou festas e vaquejadas, exibindo suas habilidades de vaqueiro.

A primeira entrevista, na cidade de Tucano, a 15 de dezembro de 1928, foi concedida ao jornalista Demóstenes Martins de Andrade, que a publicou n’*O Serrinhense*, um periódico da cidade de Serrinha. Vindo de Euclides da Cunha (Cumbe), chegaram festivamente, às 17 horas, “em um carro, todos armados de mosquetão, ostentando os seus trajes originais, bizarramente adornados, entram cantando canções de guerra como se estivessem em plena e diabólica folia carnavalesca” (Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1929). O jornalista observou que Lampião tinha estatura e feições “regulares, um defeito em um dos olhos, conversa galhofeira, principalmente quando relata suas façanhas [...] ninguém afirmará pelo seu aspecto exterior, que ele seja um tipo verdadeiramente lombroseano” (Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1929).

Andrade referia-se ao criminologista italiano Cesare Lombroso que adotava preceitos da antropologia física e determinismos biológicos, acreditando ser possível detectar e classificar o bandido por meio de exames antropométricos. Para o caso do cangaço, é também válido supor que possamos compreendê-lo inscrito nos discursos científicos das décadas de 1920 e 1930, com a ressalva de que, com os estudos do cangaço, Arthur Ramos indicou restrições à teoria de Lombroso: “não encontrei nos tipos examinados as clássicas anomalias lombrosianas, os pretensos estigmas de degenerescência que os biotipologistas extremados dizem encontrar no criminoso” (Diários Associados, 3 agosto de 1938). Durante a entrevista, Lampião afirmou que tinha 28 anos de idade e há quatorze anos vivia em luta, empenhado no plano de vingança:

Tenho vinte e oito anos de idade e há quatorze estou em luta por questões de família e, sobretudo o assassinio do meu pai. De uma feita quando meu pai reunia o gado, fora atacado traiçoeiramente por esse vizinho. Assassinado meu pai fui para a companhia de um tio, a quem abandonei quando atingi a idade de 14 anos, para executar o meu plano de vingança; e de então para cá, não deixei mais a vida do cangaço (Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1929).

Ao informar sobre sua idade, 28 anos, Lampião tem como referência de nascimento o ano de 1901, diferentemente de 1897 e 1898, conforme consta em certidões de nascimento aqui mencionados. Quanto à vingança, não fazia sentido

naquele momento da entrevista, já que Lampião havia eliminado alguns supostos envolvidos na morte do seu pai. Neste caso, ele invoca o escudo ético, artifício narrativo que o representa como vítima das injustiças sociais.

O fato é que ele deu a verdadeira explicação pelo fato de estar no cangaço, quando declarou que, em Pernambuco, “até as folhas das árvores são minhas inimigas”. Por isso não via como deixar aquela perigosa vida: “eu não conheço homem algum que possa proteger-me e, neste caso, só devo confiar em Deus e na minha espingarda” (Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1929). Sobre suas relações amorosas afirmou não ser casado e que não desejava casar-se, a não ser que “pudesse mudar de vida”. Não mudou, mas reinventou o cangaço ao permitir o ingresso de mulheres, um ano depois daquela entrevista. Decisão desaprovada por Sinhô Pereira: “no meu tempo não havia mulheres no bando. Mulher só podia trazer más consequências, dividindo os homens, fazendo o grupo brigar, por ciúme ou por motivo qualquer. Eu nunca permiti, nem permitiria” (MACEDO, 1970, p. 36).

Lampião afirmou que o cangaço não era mau negócio: “eu sei que essa vida não é lá muito boa. Mas, se tenho sofrido, em compensação, tenho gozado bastante. E o que é a vida? Sofrer e gozar” (Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1929). Pragmatismo que o levou a importantes inovações no cotidiano do cangaço. Uso de automóveis e caminhões para o deslocamento do bando, habilidade nas relações com coronéis, políticos e agentes da polícia, construção de redes de informações, mas também atenção ao que diziam os jornais, uso da fotografia, um cotidiano de perigos e de prazer. Durante este período de reconhecimento geográfico e político do nordeste baiano, nada conseguia afastar Lampião desse caminho.

Fato que impõe refletir sobre as relações do banditismo com as elites políticas e econômicas da localidade. A imagem pública do bandido como defensor dos camponeses ou a imagem do bandido como explorado pelas elites locais não corresponde à realidade. Lampião defendia interesses próprios e para isso estabeleceu alianças com os poderosos, fazendeiros e agentes do governo, vindo daí a sua sobrevivência. Entre uns e outros se estabeleceram formas ilícitas, estruturas de dominação que, em parte, eram legitimadas pelas populações e pelas autoridades.

Atuando a partir de pactos com as elites, o bandido integrava-se a mecanismos político-culturais, dentre os quais práticas de roubos, sequestros, destruição de propriedades, tráficos de armas, eliminação física de inimigos políticos e até motins. O

que está em questão é o envolvimento dos bandidos com detentores do poder, suas relações políticas e de poder.

Atuando como “relações públicas do cangaço”, Lampião fazia exatamente o contrário das forças pernambucanas que, em perseguição a ele, saíram dos limites territoriais daquele Estado e já se encontravam no sertão, espancando moradores e cometendo depredações, fato que resultou na ordem do governo da Bahia para que se retirassem do território baiano (Correio de Bonfim, 1 de outubro de 1928).

Entre final de 1929 e outubro de 1930, Lampião indicava compreender as mudanças políticas locais e nacionais, o que não representava nenhuma excepcionalidade se considerarmos que ele se mantinha informado pelos jornais e mais ainda por seus protetores. A Revolução de 1930 provocou, de imediato, um afrouxamento da repressão aos cangaceiros, sendo retomada a partir de 1931 em novas bases. Iniciava-se a fase dos interventores dos Estados. A seguir falaremos do episódio conhecido como Revolução de 30, apenas no que se relaciona com o cangaço.

O cangaço e a Revolução de 1930

O que significou movimento político militar de outubro de 1930 para o cangaço? A princípio, os efeitos repressivos foram quase nulos. Contribuiu para desarticular as forças volantes, requisitadas em parte para auxílio aos revolucionários nas capitais, inclusive em São Paulo. Nesse ano, lendo-se os jornais, a impressão é que Lampião dominava sem dificuldades. Como tendência, no entanto, o movimento de 1930 significou um sistemático processo de enfraquecimento das forças locais, assim como implicou no reforço das forças nacionais. Daí decorrem dois aspectos, em especial.

O primeiro aspecto diz respeito às limitações impostas ao domínio dos coronéis nos sertões. Entendemos que tal domínio não foi afetado drasticamente com os ecos da “revolução”, mas, não há dúvida de que os senhores de terras passaram a ter menor controle sobre seu poder de mando, pressionados pelos poderes nacionais e estaduais. Nesse processo, destacaram-se as ações dos chefes de polícia que da capital coordenavam as ações contra o cangaço. Entre as medidas, de cunho político, vale lembrar que muitos coronéis do sertão foram chamados à capital para prestar depoimentos sobre os vínculos com Lampião. Outros foram processados e até

julgados¹². Contudo, para o caso da região conflagrada pelo cangaço, houve uma antecipação dessas medidas.

O segundo aspecto é que esses coronéis atuavam na esfera da localidade, eram chefes de família extensa, o clã, proprietários de terras e criadores de gado e, no contexto de uma cultura política, tinham a violência e o carisma enquanto suportes de dominação. Segundo Pang (1979, p. 57), para o coronel do interior “a violência - e não o arbítrio do Estado - tornou-se o instrumento chave para a solução dos conflitos”. Justamente essa hipertrofia do poder local, entrou em rota de colisão com a conjuntura pós 1930.

Essas questões foram tratadas pelos governos “revolucionários”, com mais empenho na região dominada por Lampião. Dizia-se que o cangaço representava um entrave a ser removido, tendo surgido das grandes falhas da administração pública e da falta de garantias aos bens e à vida do sertanejo. Noutra perspectiva, deslocada do enfoque político-administrativo, havia quem tentasse compreender o cangaceiro como resultado das circunstâncias: “ver-se-á que ele não é um criminoso por instinto e sim, na maioria dos casos, um homem que se iniciou na prática do crime forçado por circunstâncias especiais” (Jornal da Bahia, 24 abril de 1931).

Porém, este tipo de discurso muitas vezes reforçado pelo próprio Lampião perdera sentido. O movimento de 1930 acirrou o combate ao banditismo, mas sempre na perspectiva da gradativa centralização política e concomitante incorporação dos sertões nordestinos à modernidade. No início dos anos 1930, Lampião já era representado como moralizador dos costumes. O sertanejo Rosendo Carneiro da Silva o conheceu em um baile, no sítio Riacho Grande, Alagoas. Para ele, “naquele tempo as moças não iam sozinhas a canto nenhum [...] por medo dos homens e rapazes [...] Com o cangaço o povo ficou temendo alguém e se comportando melhor” (SILVA, 14 de setembro de 1973). O fato é que crimes diversos foram praticados contra as mulheres, não apenas nos sertões, como, também, no cotidiano dos bandos. Punição extrema enquanto uma pedagogia do medo, regramentos que indicavam como Lampião e cangaceiros exerceram práticas de controle social, até mesmo na esfera da vida privada.

Em Mirandela, Bahia, Lampião encontrou um idoso de 80 anos, casado com uma menina. Desaprovou, e castigou o idoso. Depois, juntamente com o bando, violentou a jovem (Diário de Notícias, 23 de março de 1932). Também consentiu o

¹² Para o caso de Pernambuco, ver: ALBUQUERQUE, 2001, p. 386.

perigoso Zé Baiano como ferrador do grupo, ferrando no rosto as mulheres que usavam cabelos curtos. O cangaceiro Ângelo Roque justificou: “ele implica com os cabelos cortados das moças e ferra todas. O ferro dele tem as letras J.B. Também é a única coisa de malvadeza que se faz no bloco porque Zé Baiano é da estima de Lampião” (O *Cruzeiro*, 2 de abril de 1932).

O Raso da Catarina tornou-se região emblemática na literatura do cangaço. Descrita como deserto indepassável, sem vida, serviu para alimentar o próprio mito da invencibilidade dos cangaceiros e de Lampião, coito preferido do bando. Volta Seca afirma que ali viviam em repouso, ociosos. Cada cangaceiro no seu rancho e cada rancho com uma rede de casal. Não caçavam, alimentavam-se de rapadura, farinha, carne de sol e sal. O repórter Victor do Espírito Santo descreveu esse esconderijo:

Lampião se internava em um deserto imenso, o lendário Raso da Catarina (...) Para lá iriam ter, enviados pelos coiteiros, armas, munições, víveres, roupas e até dinheiro, além de informes preciosos e jornais da capital do Estado. Essa faixa enorme de terreno, pela agressividade enorme dos seus arbustos, pela inexistência de qualquer riacho, pela abundância de animais ferozes, foi sempre o limite até onde chegavam as forças repressoras (O *Cruzeiro*, 2 de abril de 1932, p. 37).

Até o final 1929, não se registra a presença de mulheres no bando¹³. Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, foi a primeira. Nascida a 17 de janeiro de 1910, no povoado Malhada da Caiçara, Bahia, era casada com um primo, o sapateiro José Miguel da Silva, de quem se separou. Não tiveram filhos, não foram felizes no casamento. Para isso, concorreram os ciúmes dela e a vida boêmia dele. Aos 18 anos, conheceu Lampião e conviveram até o final de suas vidas.

Outras mulheres ingressaram no bando. As mais conhecidas, além de Maria Bonita, foram Sérgia Maria da Conceição, a Dadá, companheira de Corisco; Ilda Ribeiro de Souza, a Sila, companheira de Zé Sereno; Lídia Pereira de Souza, a Lídia, companheira de Zé Baiano. Esta última, conhecida por sua beleza, foi assassinada pelo próprio companheiro, acusada de traição. Mesmo destino teve Maria Xavier, a Lili. Foi companheira de João Alves Teixeira, Lavadeira. Com a morte deste, juntou-se a Moita Brava, que a matou, acusando-a de traição. Violência contra as mulheres, no cotidiano dos bandos, que ainda requer maior visibilidade.

¹³ Data sobre a qual não há consenso. Antônio Amaury Correia de Araújo afirma que teria sido “nos últimos meses do ano de 1930.” (Cf. ARAÚJO, 1985, p. 176). Em obra mais recente, Adriana Negreiros informa que “durante todo o ano de 1929 Virgulino interromperia suas incursões sertão adentro para visitar, com regularidade, “a namoradina da Malhada da Caiçara”. (Cf. NEGREIROS, 2018, p. 41).

A 7 de dezembro de 1931 uma composição de forças volantes de Pernambuco e da Bahia finalmente devassou aquele território, surpreendendo os cangaceiros. Estes reagiram e escaparam, sem baixas, o que foi considerado uma grande vantagem, dado que não contavam com a presença da força. Entre os despojos abandonados e apreendidos, constavam diversos objetos de uso feminino. Conforme o jornalista Victor do Espírito Santo, “destacava-se vestidos de seda, lenços, chales, meias de seda, pó de arroz, pentes, tesouras, sutages, linhas, agulhas [...] Queima-se então quase todo aquele arsenal (O Cruzeiro, 2 de abril de 1932, p. 39).

Ao contrário do que se pensava, as mulheres não foram brutalizadas pela aridez das caatingas. Também não se deixaram levar pelas práticas rotineiras de violência:

As mulheres costumavam pentear os cabelos com brilhantina, presos por “pega rapaz”; chapéu de feltro tipo escoteiro, lenços de seda no pescoço, tecido leve, decorativo; vestidos de campanha, funcionais e enfeitados, com bolso, alguns de mangas longas como proteção contra arbustos; anel em cada dedo e ocasionalmente luvas sem dedo, meias de tecido grosso, protegendo as pernas e resistentes alpercatas de couro (Diário da Noite, 22 de agosto de 1938).

Nos sertões do São Francisco, o cangaço inaugurou um padrão de vida bem acima do apresentado pela maioria da população. Cangaceiros extorquiam sertanejos e fazendeiros, tornaram-se ricos, poderosos e vaidosos. A indumentária refletia isto. Vistosos chapéus de couro adornados com estrelas, abas viradas à moda Napoleão; testeira com moedas de ouro; uniformes de alvorada grossa; óculos escuros, lenços, anéis e para alguns, dentes de ouro; perneira de couro enfeitada, própria para o devassamento da caatinga; alças de cantis, cartucheiras e bornais decorados. Vaidades que causaram estranheza em Gilberto Freyre:

Há quem recorde de certos caudilhos nordestinos do cangaço tenderem a abusos de joias e de perfumes e a se enfeitarem como se fossem mulheres. E não seja esquecido, de Virgulino Lampião, haver flagrante cinematográfico em que aparece costurando femininamente em máquina Singer. [...] Será que precisasse de recorrer a adorno especial – e este, talvez, um tanto feminino – para afirmar sua qualidade de chefe? (MELLO, 2004, p. 11-12).

Freyre censura Lampião e cangaceiros pela vaidade, pelo uso de artefatos tradicionalmente associados às mulheres e ainda pela indumentária adornada. Críticas que não se ajustam às suas conhecidas e valiosas análises culturalistas do processo social. Resta saber se a fala é a do conceituado sociólogo ou a do secretário do governo Estácio Coimbra, na fase de aguda perseguição aos cangaceiros. O flagrante

mencionado são os filmes e imagens fotográficas do bando de Lampião, produzidas entre junho e outubro de 1936, na caatinga.

O fotógrafo, Benjamin Abrahão Botto, já conhecia Lampião desde 1926. Em troca da publicação das imagens em nível nacional, Lampião recebeu um par de óculos de fabricação alemã, cartões de visita e cartões postais com sua foto no verso. Longe de tratar-se de flagrante, a filmagem resultou de negociações. Finalmente, o Diário de Pernambuco noticiava: “Lampião filmado com todo o seu bando em ponto incerto da caatinga!” (Diário de Pernambuco, 21 de fevereiro de 1937).

O tom desta notícia e de outras que foram reproduzidas é de coluna social, de reverência. Nada que lembre as costumeiras informações sobre os bandos, caracterizadas por indisfarçável pessimismo. O jornal informa as referências biográficas do cangaceiro Luiz Pedro, amigo e compadre de Lampião. Quanto à sua mulher, de modo respeitoso e cordial a matéria diz que “D. Nenén é natural da Bahia”. Após a morte de Lampião, a Revista da Semana com o título *O amor de Maria Bonita* afirmava que “a agressividade de Lampião arrefeceu depois que ele encontrou Maria Bonita. Ela cuidava dele com carinho, penteava-lhes os cabelos, cerzia suas roupas, polia-lhe as unhas” (Revista da Semana, 1938, p. 35).

O que teria provocado essa inversão? O impacto das imagens? Os negócios astutos de Abrahão que se deixava fotografar ao lado do Padre Cícero com jornais de circulação nacional às mãos? Ou seria apenas uma faceta dos interesses do jornal para ampliar as vendas com um assunto, digamos, bombástico, para usar um termo deles?

A resposta reúne todos esses aspectos. Porém, deixa claro que Lampião teria sido o artífice desse processo ao permitir publicar sua clandestinidade. É certo que a época em que a fotografia se disseminava – assim como o automóvel, o telégrafo, as rodagens, as armas modernas – fotógrafo, fotografado e público articulavam interesses comuns, mas, também, diferenciados. Ademais, resta o problema da recepção das imagens fotográficas por diferentes públicos. Assim, vaidade e projeção social – ou expectativa de projeção social – estão presentes tanto na imagem fotográfica, quanto no texto referente à imagem, embora muito provavelmente em algum ponto as coincidências cedam lugar para as divergências entre a imagem fotográfica e textos de jornais. Quanto à Benjamin Abrahão, provavelmente fez também bons negócios com setores da imprensa do Distrito Federal, mais exatamente *n’A Noite Ilustrada*, O Globo e Os Diários Associados (HOLANDA, 2000, p. 42).

Considerações finais

Angicos, Sergipe, 28 de julho de 1938. Dia da morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, após 20 anos de perseguições. Intitulamos este artigo com uma alusão ao poder de Lampião, rei do cangaço com seu indefectível chapéu de couro. Um símbolo de evidente significado. De posse dessa coroa arranjada à moda sertaneja, Lampião protagonizou uma época duradoura para os padrões dos bandos, no Brasil e no exterior. Lembra Hobsbawm (1970, p. 33) que a média de duração dos grupos fora da lei na Europa não ultrapassava três anos. Lampião alcançou duas décadas. Já no primeiro decênio ele sagrou-se “governador dos sertões”. De fato, indicava acreditar nisso. Construiu seu reinado violento mesclando um forte protagonismo social e senso de oportunismo em face de cada conjuntura. Assim se projetou enquanto protagonista diante das forças que lhe moviam sistemática perseguição.

Referências

Fontes:

- A PROVÍNCIA, Recife, 28 de janeiro de 1906.
 CORREIO DO CEARÁ, Fortaleza, 17 de março de 1926.
 CORREIO DE BONFIM, Senhor do Bonfim, BA, 1 de outubro de 1928.
 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 14 de janeiro de 1929.
 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 17 de março de 1931.
 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Salvador, 23 de março de 1932.
 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 21 de fevereiro de 1937.
 DIÁRIOS ASSOCIADOS, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1938.
 DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938.
 JORNAL DA BAHIA, Salvador, 24 abril de 1931.
 JORNAL A NOITE, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938.
 JORNAL O POVO, Fortaleza, 18 de fevereiro de 1966.
 O CEARÁ, Fortaleza, 17 e 18 de março de 1926.
 O CEARENSE. Fortaleza, 5 de janeiro de 1926.
 O COMBATE, Parahyba do Norte, 30 de julho de 1927.
 O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1932.
 O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 5 março de 1932.
 O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 20 de março de 1937.
 RELATÓRIO - Chefe de polícia de Pernambuco, Recife, 1 de dezembro de 1919.
 APEJE - PE. Arquivos Permanentes. Fundo Secretaria Geral da Justiça.
 SERGIPE JORNAL, Aracaju, 30 de julho de 1938.

Bibliografia

ARAÚJO, Germana Gonçalves de. *Aparência cangaceira: um estudo sobre a aparição como aspecto de poder*. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2013.

ARAÚJO, Antônio Amaury Correia de. *Lampião: as mulheres e o cangaço*. São Paulo: Traço, 1985.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um sertanejo e o sertão - Moxotó brabo, três ribeiras: reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

AMARAL JÚNIOR, Amadeu. *Conferencia realizada no dia 8 de maio de 1925*. São Paulo.

BASTIDE, Roger. *Brasil: Terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

BLOK, Anton. *The Peasant and the Brigand Social Banditry Reconsidered – Comparative Studies in Society and History*: Londres: Cambridge University Press, 1972.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Flor dos Romances Trágicos*. (1966). Rio de Janeiro/Natal: Livraria Editora Cátedra/Fundação José Augusto, 1982.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HOLANDA, Firmino. *Benjamin Abrahão*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

HOBSBAWM, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. *Rebeldes primitivos: estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FONTES, Oleone Coelho. *Lampião na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. (1937). São Paulo: Global, 2004.

LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. (1978). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIN, Linda. *The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brasil: the case of the good thief Antônio Silvino*. Past and Present: 82, Février:1979.

LYRA, Roberto. *O amor de Maria Bonita*. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1938, ano XXXIX, Nº 36.

LIRA, João Gomes de. *Lampeão: memórias de um soldado de volante*. Prefeitura Municipal de Floresta: Floresta: Pernambuco, 1997.

MACEDO, Nertan. *Sinhô Pereira: comandante de Lampião*. Rio de Janeiro: Artenova S.A. 1975.

_____. *Floro Bartolomeu: o caudilho dos beatos e cangaceiros*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Imagem, 1970.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira:1979.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2020 (Coleção História e Historiografia).

RAMOS, Graciliano (1962): *Viventes das Alagoas quadros e costumes do Nordeste (obra póstuma)*. São Paulo: Martins Editora: 1961.

ROCHA, Melchíades da. *Bandoleiros das Catingas (1940)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1988.

SLATA, Richard W. *Bandidos: the varieties of Latin América banditry*. United States of América- Greenwood Press: 1987.

SILVA, Rosendo Carneiro da. Entrevista realizada em Triunfo, PE, sob a coordenação da professora Aglae Lima de Oliveira. 14 e 16 de setembro de 1973.

VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ: 2004.

TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. (1959). São Paulo: Editora da UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.

Artigo recebido em 10 de março de 2020. Aprovado em 28 de maio de 2020.